

**O** Presidente Sarney declara que o Brasil vai se voltar para o mercado interno a fim de crescer de 4 a 5%: não é propriamente uma conversão, mas uma capitalização à teoria econômica de que os nossos problemas são de origem externa e as soluções nacionais representam menores sacrifícios. Apenas, essa teoria sempre foi desautorizada pelos resultados catastróficos.

O Governo Geisel também pretendeu ser uma ilha de prosperidade em meio a uma economia mundial em crise, e acabou erigindo uma dívida externa monumental em homenagem ao equívoco. A inflação que legou aos seus sucessores é apenas o pagamento da megalomania autoritária. O confinamento econômico ao mercado interno retomado por Sarney é a utopia do avestruz, mas não adianta enterrar o pescoco para não ver a inflação. Ela está entre nós.

Enquanto a inflação se derramar do Governo sobre a sociedade, não haverá desenvolvimento econômico que se sustente: ela confisca a produção, os salários, os lucros. Só não assume os prejuízos. O mercado interno não resiste mais às emissões descontroladas que fazem do Governo um rei Midas de papel: tudo em que toca se incendeia em preços altos.

O Brasil vivia exclusivamente para o mercado interno, mas bem antes de Sarney e Geisel: até a chegada de Pedro Álvares Cabral, desconhecíamos a existência do mundo e o mundo a do Brasil. A teoria do mercado interno como salvação da lavoura é desculpa de devedor que não quer assumir responsabilidades de pagar a dívida externa. Nada mais. É uma opção que remete o Brasil de volta aos padrões políticos e culturais do terceirandomundismo e uma confissão de falência.

De que outra forma entender — senão como aviso do que se prepara para anunciar à nação no dia 22 — a confissão presidencial de que “é preciso acabar com a neurose do déficit público, expansão monetária e alta taxa de inflação”? É preciso acabar — isto sim — com o déficit público para a inflação retroceder a níveis suportáveis. Sem autoridade política, no entanto, o Governo acumpliciaria com o desregramento dos gastos públicos e escorregaria sobre a base monetária, em expansão, já fora do seu controle. É preciso, portanto, em primeiro lugar, acabar com a inflação. A falta de competência política para conter as despesas pernudárias do Estado se refugia, porém, na equívoca tese do calote patriótico.

Quando declara que não tem pressa em fazer acordo com os credores internacionais, o Governo está tentando simplesmente criar opinião pública para fugir às obrigações internacionais do Brasil e impingir aos brasileiros maiores sacrifícios, sob a forma de dramáticas privações. Não é por acaso, e sim por cálculo político, que o Presidente José Sarney invoca o precedente de Juscelino Kubitschek como patrono: quer repetir, sob outras circunstâncias históricas, a receita aplicada nos anos 50 a um país subdesenvolvido. O Governo Kubitschek não rompeu com o FMI: apenas esfriou, para uso interno, relações que foram mantidas em

segredo político. Mesmo assim, o precedente teve um custo que não foi politicamente cobrado ao ex-Presidente, mas se transferiu aos seus sucessores e puniu os brasileiros em ondas sucessivas de consequências.

Será que o Presidente Sarney ainda não ouviu a observação de Marx, segundo a qual a repetição de uma fórmula histórica adota a inevitável forma de farsa? O Brasil rompeu as ilusões do mercado interno para se abastecer dos recursos externos que impulsionaram o seu desenvolvimento. Tornou-se presença econômica internacional e quer agora regredir ao estágio de exportador de matérias-primas? Pois o terceirandomundismo é a doutrina do ressentimento do exportador de matéria-prima. Depois de exportar manufaturados, o Brasil pretende o quê? Consumir o excedente agrícola e industrial com o ilusório poder aquisitivo da inflação? Não, a inflação sempre está à frente dos salários, na corrida suicida por um mercado interno de arruinados.

A coragem de que o Brasil precisa não é a do caloteiro e, sim, a de um governo disposto a enfrentar os gastos públicos como remédio para debelar a inflação. O desregramento das despesas públicas abalou o autoritarismo e impede a preten-sa Nova República de estabilizar-se com a confiança da sociedade. A inflação brasileira tornou-se resistente ao tratamento gradual porque está amarrada à indexação geral: a correção monetária a sustenta. A prova de coragem seria o tratamento de choque, que isenta a sociedade dos efeitos porque fulmina apenas as despesas públicas.

Que leva o Governo Sarney a refugiar-se no calote internacional? Sem dúvida, o calote dos compromissos democráticos que Tancredo Neves tão bem exprimiu: ou o Brasil acaba com a inflação e se liberta do estatismo econômico, ou não haverá que pensar em democracia. O sucessor de Tancredo Neves fez o controle de preços para distrair a opinião pública, mas já admite o recrudescimento da inflação para muito breve. Era fatal. E, diante das pressões burocráticas e ideológicas, reduziu apenas simbolicamente os gastos públicos: cortou previsões de despesas no orçamento, que é papel, e deixou a guitarra continuar imprimindo papel-moeda para pagar as despesas por fora do orçamento.

Não há nação que possa ser levada a sério quando tergiversa no cumprimento de obrigações livremente assumidas, negociadas e renegociadas. Externa e internamente a Nação sente-se à véspera da insolvência moral, de que o Governo se faz gestor pela recusa em agir com seriedade diante dos credores externos e dos credores internos, que o supunham capaz de cumprir o compromisso de debelar a inflação.

Entre a inflação e o desenvolvimento não pode haver dilema: quando a inflação cai, o desenvolvimento se torna possível. Não há contradição e sim confusão nas cabeças que pensam para o Governo. Sabem todos onde está o problema e de que forma pode ser conseguida a solução. Falta apenas coragem política.